

MEIO AMBIENTE

Mudanças no clima exigem rigor fiscal

Élida Grazieane Pinto, especialista em economia verde, defende que orçamento público incorpore riscos e garanta recursos

» RAFAELA GONÇALVES

Os efeitos das mudanças climáticas começam a pressionar as contas públicas brasileiras e exigem alterações na forma como o país planeja os gastos e investimentos. Para a procuradora do Ministério Público de Contas de São Paulo (MPC-SP) e especialista em orçamento verde Élida Graziane Pinto, as regras fiscais atuais não estão preparadas para lidar com os impactos de longo prazo da crise climática.

Ao **Correio**, Élida Graziane afirmou que tratar o tema apenas como uma questão ambiental ignora seus efeitos sobre as finanças públicas. Eventos extremos podem reduzir receitas, elevar despesas e comprometer a capacidade de investimento do Estado. Sem prevenção, a especialista avalia que a resposta às calamidades tende a ficar mais cara e a aprofundar desigualdades.

“Uma temerária gestão de riscos evitáveis tende a frustrar receitas e impor despesas em dimensões cada vez mais céleres e elevadas”, afirma. Na prática, isso significa que a falta de prevenção pode reduzir receitas e aumentar os gastos públicos à medida que os eventos climáticos se tornam mais frequentes e intensos. Para Élida, agir apenas depois que a calamidade acontece “não só é mais oneroso, como também corrói o tecido social em meio a uma inversão de prioridades”.

Desafios

O problema, segundo Élida Grazieane, é o predomínio do curto prazo na política fiscal. Sem compromissos que perpassem diferentes governos, o planejamento acaba priorizando o controle

imediatos da dívida, enquanto investimentos em prevenção e adaptação climática, que poderiam evitar gastos maiores no futuro, ficam em segundo plano. “Na ausência de uma pactuação planejada para os médio e longo prazos, impera a miopia curto prazista que trata regras fiscais como se elas fossem fins em si mesmas”, diz.

Para a procuradora, essa lógica pode comprometer tanto a agenda ambiental quanto o próprio crescimento econômico. Ao restringir investimentos em prevenção e adaptação, o Estado fica mais exposto aos impactos de enchentes, secas, incêndios e outros eventos extremos, que demandam posteriormente gastos emergenciais.

Arcabouço fiscal

É nesse contexto que Élida questiona o próprio conceito de sustentabilidade fiscal adotado pelo país. O chamado novo arcabouço fiscal foi instituído pela Lei Complementar 200, de 2023, cujo nome oficial remete a um “Regime Fiscal Sustentável”. A legislação substituiu o antigo teto de gastos e estabeleceu regras para a trajetória das contas públicas.

Na avaliação da especialista, no entanto, a legislação acabou restringindo o conceito de sustentabilidade à busca pelo equilíbrio fiscal e à estabilização da relação entre dívida pública e Produto Interno Bruto (PIB).

“Daí se explica porque, a bem da verdade, as regras fiscais brasileiras revelaram-se ineptas diante da transição climática em curso”, destaca. Para ela, o país tem oferecido “respostas estanques e limitadas para problemas sistêmicos e complexos, que tendem a se agravar com o tempo”.

O resultado é a formação de um

Pedro França/Agência Senado



Élida diz que regras fiscais atuais não são preparadas para lidar com os impactos a médio e longo prazo



Tenho suscitado, por exemplo, a necessidade de tratar dos riscos ambientais no anexo de riscos fiscais que a Lei de diretrizes orçamentárias de cada ente da federação”

Élida Graziane Pinto, especialista em economia verde

passivo que não aparece, necessariamente, nas estatísticas tradicionais da dívida, mas que poderá gerar custos elevados no futuro. Élida chama esse processo de “passivo atuarial ambiental”.

A comparação é com o cálculo

dos compromissos futuros dos regimes de previdência. Assim como o Estado precisa projetar quanto terá de gastar com aposentadorias e pensões, deveria considerar também os custos associados aos riscos climáticos e ambientais.

Planejamento

Outro desafio está no próprio modelo de planejamento do governo. O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) definem prioridades e gastos públicos, mas, segundo Élida, acabam seguindo o ciclo político, dificultando a continuidade de políticas que exigem planejamento de longo prazo.

“O planejamento de longo prazo não tem sido pautado na normatividade que rege as finanças públicas do nosso país”, observa. Segundo ela, planos orçamentários, setoriais e econômicos costumam ser estruturados em períodos de quatro anos, acompanhando o

mandato dos governantes. “Raramente planos mais longevos são reputados compromissos de Estado, que vinculam distintos governos e seus respectivos ciclos orçamentários”, acrescenta.

Na área ambiental, esse problema é particularmente grave porque os efeitos da mudança do clima e os resultados de políticas de mitigação e adaptação aparecem ao longo de décadas. A cada troca de governo, portanto, existe o risco de descontinuidade de programas e investimentos.

A especialista cita como exemplo o histórico dos planos nacionais de educação, que, apesar de terem horizonte decenal, sofreram sucessivos descumprimentos. Para ela, o mesmo risco não pode se repetir na política climática.

Riscos

Uma das propostas defendidas pela procuradora é incluir de forma explícita os riscos ambientais

no Anexo de Riscos Fiscais que acompanha anualmente a LDO dos governos federal, estaduais e municipais. A ideia é que cada ente público identifique os possíveis impactos financeiros associados aos eventos climáticos extremos e considere esses riscos na elaboração do orçamento.

“Tenho suscitado, por exemplo, a necessidade de explicitamente tratar dos riscos ambientais no anexo de riscos fiscais que anualmente acompanha a lei de diretrizes orçamentárias de cada ente da federação”, afirma.

Para Élida, é necessário avaliar que, com o aumento da frequência e da intensidade de eventos extremos, seguradoras passaram a revisar projeções de cobertura e preços. “A contabilidade pública poderia acoplar tal debate para refletir sobre o passivo atuarial ambiental, nos mesmos moldes em que se calcula e se busca controlar o passivo atuarial dos regimes de previdência”, avalia.

A mudança também permitiria antecipar despesas que hoje aparecem apenas depois da ocorrência de uma tragédia. Em vez de depender de créditos extraordinários após enchentes, deslizamentos ou secas, os governos poderiam incorporar os riscos ao planejamento e reservar recursos para prevenção.

Eleições

Com as eleições de 2026 no horizonte, Élida defende que a prevenção a desastres seja incorporada ao planejamento dos próximos governos, com recursos assegurados no orçamento. Para ela, o poder público não pode esperar a ocorrência de eventos extremos para agir e a falta de medidas preventivas transfere para o futuro uma conta que tende a ser maior e exige respostas emergenciais quando a tragédia já ocorreu.

A procuradora defende, ainda, a responsabilização de gestores que deixam de executar ações preventivas diante de riscos iminentes. “Também me parece possível, no limite, demandar responsabilização na seara da improbidade administrativa para gestores que reiteradamente negam execução orçamentária para as ações de prevenção a desastres”, diz. Para ela, a omissão na prevenção pode obrigar o poder público a recorrer posteriormente a créditos extraordinários e outras medidas excepcionais para enfrentar situações que poderiam ter sido antecipadas.



Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito Federal



Brasília-DF, 20/09/2026

Informativo do mercado imobiliário

Mercado imobiliário do Distrito Federal amplia lançamentos e mantém vendas em alta no primeiro semestre

O mercado imobiliário do Distrito Federal encerrou o primeiro semestre de 2026 com 2.375 unidades residenciais novas vendidas, alta de 10% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram comercializadas 2.167 unidades. O período também foi marcado pela forte retomada dos lançamentos: foram 1.631 novas unidades colocadas no mercado, mais que o dobro das 784 lançadas no primeiro semestre do ano passado, um aumento de 108%.

Divulgados pela Associação de Empresas do Mercado Imobiliário (ADEMI DF), os dados mostram que o consumidor segue decidindo pela aquisição da casa própria. Para a entidade, a performance do setor nos primeiros seis meses também demonstra que as empresas retomaram a confiança, como mais lançamentos, focadas na demanda por novos produtos: o volume de novas unidades mais que dobrou.

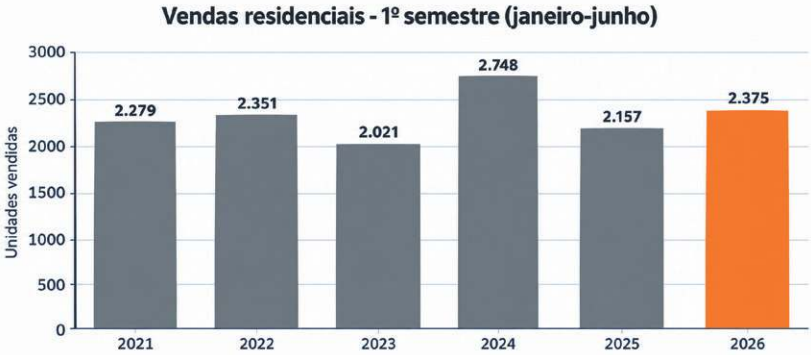
“O aumento dos lançamentos mostra que as incorporadoras estão atentas

ao comportamento da demanda. Não se trata apenas de colocar mais unidades no mercado, mas de oferecer produtos que estejam alinhados ao que o consumidor consegue e está disposto a comprar. Esse equilíbrio entre oferta e absorção será essencial para sustentar o crescimento”, analisa o presidente da ADEMI DF, Celestino Fracon Júnior.

O primeiro semestre foi positivo também na velocidade de vendas do setor, que alcançou 6,4%. Este indicador representa a proporção média do estoque ofertado que foi vendida por mês. Para a ADEMI DF, este indicador aponta para um mercado imobiliário saudável e com potencial de crescimento para os próximos meses.

A entidade acompanha o desempenho do segmento, com foco em imóveis residenciais novos e na planta – em parceria com o Sinduscon-DF e com o apoio do SEBRAE-DF, consolida o estudo *Panorama do Mercado Imobiliário*.

Vendas residenciais - 1º semestre (janeiro-junho)



Ano	Unidades vendidas
2021	2.279
2022	2.351
2023	2.021
2024	2.748
2025	2.157
2026	2.375

SCIA Quadra 11, Conjunto 2, Lote B – Guará – Brasília/DF – Fone: (61) 3328-7597
E-mail: ademidf@ademidf.com.br
Acompanhe: www.ademidf.com.br | @ademidf

SAÚDE

SUS em alerta para o El Niño

Reprodução/redes sociais



Desastres ambientais geram despesas, e impactam sobre a saúde

O Ministério da Saúde, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), prepara uma série de ações em decorrência da aproximação do período de agravamento das condições climáticas devido o El Niño. A atuação do fenômeno, atualmente classificado como de intensidade muito forte, pode intensificar a seca nos próximos meses, aumentando o risco de incêndios florestais, no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, assim como chuvas e tempestades no Sul e Sudeste, gerando possíveis impactos sobre a população e a rede de saúde.

As iniciativas fazem parte de uma estratégia mais ampla de adaptação do setor saúde às mudanças climáticas. Apresentada durante a COP30, o AdaptasUS (Plano Nacional de Adaptação do Setor Saúde às Mudanças Climáticas) estabelece 27 metas e 93 ações até 2035, com previsão de R\$ 9,8 bilhões em investimentos para a adaptação estrutural da rede de saúde.

No começo do mês, gestores dos 26 estados e do Distrito Federal participaram de uma nova etapa de construção dos Planos Estaduais de Enfrentamento ao fenômeno, considerando os riscos, as necessidades e as vulnerabilidades de cada território. A proposta é incluir o monitoramento de eventos, como estiagens prolongadas, ondas de calor, incêndios florestais, baixa umidade, chuvas intensas e

enchentes, com a produção de análises para orientar alertas, identificar áreas prioritárias, apoiar a preparação da rede de saúde e atualizar os planos de contingência.

O Ministério da Saúde conta com oito Centros de Informação em Saúde e Clima (CISC), localizados em Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (MG), Belém (PA), Cuiabá (MT), Curitiba (PR), Santarém (PA), Salvador (BA) e Fortaleza (CE). Os centros reúnem e analisam dados climáticos e epidemiológicos para

identificar riscos, apoiar a elaboração de planos de contingência e subsidiar a resposta do SUS diante de eventos extremos.

A Força Nacional do SUS (FN-SUS) tem três bases regionais em funcionamento — Porto Alegre, Salvador e Rio de Janeiro. Equipadas com posto médico avançado, comunicação via satélite e drones, as estruturas podem deslocar apoio para localidades de suas regiões de referência em até 12 horas. Mais seis estão previstas até dezembro.